

## **As Experiências Educativas no Curso de Técnico em Agroecologia do Centro de Formação do Assentamento Antônio Companheiro Tavares-PR**

Simone Tatiana Pedron  
Mestrado em História - UNIOESTE

**RESUMO:** O trabalho versa sobre as experiências educativas vivenciadas por trabalhadores rurais no Centro de Formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, localizado no município de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, entre 1998 e 2012. A questão norteadora da pesquisa foi a de perceber como os trabalhadores (educandos, assentados e educadores) interpretam e atribuem significados à proposta de educação do MST e como as dimensões desta permeiam as relações sociais nos Assentamentos. As entrevistas orais, fontes basilares da pesquisa, forneceram indícios significativos ao entendimento das práticas educativas dos trabalhadores, evidenciando um processo de re-significação das vivências destes sujeitos, e da multiplicação de um projeto de educação dos Sem Terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do campo; Assentados; MST.

**ABSTRACT:** This study deals with the educational experiences of rural workers at the Educational Center for Landless Rural Workers (MST) of the AntônioCompanheiro Tavares Settlement, located in the Municipality of São Miguel do Iguaçu, in the west of the State of Paraná, between 1998 and 2012. The focus of this research was to observe how workers (students, settlers and teachers) interpret and attribute meanings to the MST's educational proposal and how its dimensions permeate the social relations within the settlements. Oral interviews—basic sources of the research—provided significant signs for the understanding of workers' educational practices, highlighting a process of re-signification of the experiences of these subjects, and the multiplication of a Landless' educational project.

**KEYWORDS:** Field Education, Settlers, MST.

Ao trafegar pela BR 277, antes do pedágio que liga o município de São Miguel do Iguaçu à Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, próximo do acesso ao Assentamento Antônio Companheiro Tavares, pode-se visualizar uma bandeira do MST, e, em letras muito amplas a inscrição: ITEPA. A bandeira evidencia a importância atribuída à conquista do assentamento pelo Movimento e que naquele espaço se encontra um sujeito coletivo organizado. A sigla ITEPA (Instituto Tecnológico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária), refere-se à conquista

de um Centro de Formação, institucionalizado, do MST. E também indica a importância da escola como um marco de conquista, de um processo de luta pela Reforma Agrária. O ITEPA, além de ocupar um lugar central na sede do assentamento onde está localizado, é um centro de referência para outros assentamentos.

No Assentamento Antônio Companheiro Tavares vivem 80 famílias em 1.098 hectares de terra, com parte destinada a reserva legal, parte pertencente ao espaço do ITEPA e da Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa (COOPERCAM), que é uma cooperativa dos assentamentos rurais de toda a região Oeste, abrangendo assentamentos localizados desde Cascavel a Foz do Iguaçu, mas cuja sede encontra-se na secretaria do ITEPA, onde as atividades da cooperativa e da escola acontecem, muitas vezes, de forma interligada.

O Assentamento Antônio Companheiro Tavares é resultado de uma ocupação coletiva realizada na madrugada do dia 06 de agosto de 1997, numa área que pertencia ao Grupo Bamerindus, presidido por José Eduardo Andrade Vieira. Aproximadamente 300 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam a Fazenda Mitacoré, como forma de pressionar o governo para a desapropriação e destinação da área para a Reforma Agrária, após as denúncias de corrupção que pairavam sobre o ex-senador e do endividamento do Banco Bamerindus.

A área ocupada, situada em área contígua a BR 277, rodovia que leva a Foz do Iguaçu, possui localização privilegiada devido a fronteira com a Argentina e o Paraguai e está a 10 quilômetros da cidade de São Miguel do Iguaçu. Atualmente, conforme relatou em entrevista, o assentado Gilberto Britzke, é denominado Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em homenagem a um trabalhador rural que foi morto em um conflito ocorrido no dia 02 de maio de 2000, quando trabalhadores assentados pretendiam entrar na cidade de Curitiba, onde seria realizada uma manifestação pública pelo fornecimento de crédito subsidiado para os assentamentos da reforma agrária (BRITZKE, 2011).

As famílias adentraram a Fazenda Mitacoré e montaram acampamento na manhã seguinte à ocupação, organizando-se na terra ocupada de onde passaram a retirar seu sustento. Para a construção dos barracos, os trabalhadores utilizaram materiais encontrados nas proximidades da ocupação e ainda outros que trouxeram

consigo. Permaneceram acampados até o dia 02 de setembro de 1998, quando o INCRA procedeu à imissão de posse definitiva da área. Neste momento, as famílias já contavam com uma infraestrutura e plantações que forneciam o necessário para a subsistência.

O assentado Gilberto Britzke, revela que, durante o período que pertenceu ao Banco Bamerindus, a Fazenda Mitacoré realizava pesquisas agropecuárias e sediava encontros entre produtores, passando uma imagem de fazenda “modelo”. Na prática, a fazenda era usada para sediar encontros entre os produtores e fazendeiros da região e de outros estados, estimulando o agronegócio e o uso indiscriminado de venenos.

Durante o tempo de acampamento na área, nas instalações da antiga Fazenda Mitacoré, ocorreram encontros, oficinas, troca de experiências e cursos de formação política, inclusive para o público de acampamentos e assentamentos de outras regiões. Desse modo, na prática ia se constituído um espaço de práticas educativas, onde desde o momento em que as famílias ocuparam o espaço, já se tinha a ideia de um centro de formação, como relata o educador Ademir Castro, “já ocorriam no acampamento cursos informais, com o público adulto dos camponeses, agricultores, assentados e acampados. Também camponeses de outros países da América Latina” (CASTRO, 2011).

Um dos assuntos discutidos entre os trabalhadores durante o acampamento foi a forma de organização da terra e do trabalho no futuro assentamento. Ao discutir sobre os Movimentos Sociais no Oeste do Paraná, Davi Félix Schreiner afirma que “esta perspectiva materializa-se nas práticas do cooperativismo, sobretudo de coletivismo, vistas como instrumentos que podem viabilizar economicamente os assentamentos e, por conseguinte, de legitimar e de tecer a luta pela reforma agrária” (SCHREINER 2002: 308). É importante ressaltar, entretanto, que, para além da discussão acerca da organização da área para a produção, também se discutiu a construção de uma escola que atendesse as demandas internas do assentamento.

A discussão sobre a criação de um Centro de Formação tem relação com o alto valor monetário das instalações existentes na sede da fazenda. Além disso, porque não haveria condições de serem divididas entre as famílias. Desse modo, surgiu “a ideia de montar um centro de formação de todos, e todas as famílias

poderiam estar usando como uma forma de educação em parceria” (BRITZKE, 2011). A escola de ensino fundamental, entretanto, idealizada dentro do assentamento, mesmo com diversos encaminhamentos e reivindicações, ainda continua na pauta de luta. Até o momento, as crianças são transportadas pelo ônibus da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguçu para estudar em escolas da cidade.

No que concerne ao ITEPA, este foi implantado no início do ano de 2003. Têm como objetivo a capacitação e a formação humana de profissionais para atuarem como técnicos em agroecologia, em especial, nos assentamentos vinculados ao MST. Ao falar sobre o surgimento do ITEPA, o educador Ademir Castro explica que a partir de 2003, iniciaram-se “os convênios com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR)” (CASTRO, 2011), que garantiram o amparo legal, para que fossem realizados os cursos e emitidos os certificados de conclusão. Entretanto, como a Escola Técnica se institucionalizou e não faz mais parte da UFPR, hoje o Instituto Federal do Paraná (IFPR), é o responsável pela certificação do curso.

O surgimento do ITEPA demonstra a preocupação do MST e dos próprios trabalhadores com a educação, que se fez na luta, desde o período de acampamento, através de momentos informais como formais. Um dos objetivos do Instituto é a promoção da formação de jovens, preparando-os para o trabalho e a vida no campo. O Curso em Agroecologia, desenvolvido pelo ITEPA, centra-se nessa perspectiva, na qual. “O campo não é um espaço só de produção, mas um espaço de vida. O objetivo é formar cidadãos conscientes que possam contribuir na sustentabilidade da cultura camponesa” (BRITZKE, 2011).

A cultura camponesa indica a concepção de um modo de vida camponês. A utilização da expressão presente nas falas dos diversos entrevistados fez refletir sobre a cultura como todo um modo de vida, nos termos propostos por Raymond Williams (1989), que inclui valores, significados e relações sociais. Essa noção possibilita entender o sentido de recriação de um modo de vida camponês empregado pelo entrevistado. Para ele, a “sustentabilidade da cultura camponesa” abrange uma série de valores que não foram cooptados pelo mercado, que valoriza as diversas dimensões do humano e significa a terra, como lugar de onde se tira o

sustento familiar, mas também como lugar onde o camponês se identifica para viver e estar em contato com a natureza.

Segundo José de Souza Martins, o conceito de camponês passa a ser utilizado no Brasil trazido da literatura externa ao País. Foi introduzido pelas esquerdas que procuravam dar conta das lutas dos trabalhadores do campo, atribuindo-lhes sentido de unidade, de classe, durante os anos de 1950. “Um trabalho parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região” (MARTINS, 1986: 22-23). Tanto *camponês* quanto *latifundiário* são palavras políticas, utilizadas para expressar a unidade da situação de classe e da expressividade da luta camponesa, numa concepção da história das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais.

No curso de Técnico em Agroecologia o termo camponês é usado pelos educadores, sendo incorporados pelos educandos nos trabalhos escritos e para se referir aos trabalhadores do campo. Possivelmente, o uso deste termo se deve às leituras marxistas realizadas pelos educadores e educandos e por ser a forma utilizada pela militância do movimento no sentido de dar unidade de luta as diferentes categorias sociais que formam a base do MST (arrendatários, meeiros, posseiros, proprietários familiares com até cinco hectares de terra, entre outros).

Sendo assim, a educação deve propiciar a estes trabalhadores a formação de valores, a aplicação de técnicas e conhecimentos capazes de respeitar os recursos oferecidos numa interação que é ao mesmo tempo racional e sentimental, sem a necessidade de transformar o campo em mercadoria, ou seja, num lugar para explorar e garantir lucro. Ao mesmo tempo, na visão do educador, o que se propõe é uma cultura camponesa, voltada para a alimentação saudável e o cultivo sustentável, capaz de utilizar os recursos naturais de forma ambientalmente adequada. Nesta cultura, a agricultura familiar estaria se movimentando para além da lógica do mercado, para poder existir, livre da situação de submissão imposta pelos monopólios e multinacionais, inclusive no que se refere a produção de insumos.

Nesta direção, conforme Mariana Ceccato Mendes, o modelo atual da economia crescente, trouxe sérios desequilíbrios, existindo, por um lado, tanta

riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, a poluição e a degradação ambiental em descontrole. A sustentabilidade busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental aliada ao fim da pobreza no mundo. A agricultura sustentável busca, pois, a maior produtividade possível com menor dano ao meio ambiente, preservando a água, o solo e o ar entre os ciclos produtivos. Abandona-se a monocultura e a aplicação de inseticidas, e passa-se para a rotação de culturas, ao plantio direto, para evitar a erosão e para diminuir custos da produção (MENDES, 2012).

No Assentamento Antônio Companheiro Tavares, desde 2004 existe uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o MST, com o objetivo de desenvolver trabalhos na área de agroecologia e a instrução de agricultores para produção de alimentos sem agrotóxicos, opondo-se aos grandes monopólios de sementes, fertilizantes e produtos tóxicos. Abre-se, assim, espaço para a agricultura ecológica e orgânica através do cultivo de sementes crioulas sem agressões à natureza, sem poluição da água.

Esta parceria, na prática, ocorre de forma precária. Durante o primeiro curso de Técnicos em Agroecologia, a UFPR participou e apoiou, porém, no Curso, atualmente em andamento, a participação se restringe apenas no fato de ser a Instituição responsável pela emissão da certificação dos educandos. Há, entretanto, conforme conta Adriana de Andrade, do Setor Pedagógico e representante legal do ITEPA, uma parceria financeira com o governo federal através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O ITEPA recebe, anualmente, recursos financeiros para despesas com diárias e alimentação do Curso Técnico em Agroecologia. Os recursos financeiros necessários para a manutenção da infraestrutura e demais despesas são oriundas da renda gerada com a produção.

A parceria com o IFPR deveria, em princípio, acontecer também no âmbito financeiro, com recursos públicos, pois a Escola José Gomes da Silva não pode atender esta modalidade de ensino por não ter vínculo legal com o Ministério da Educação (MEC), o qual seria responsável pelo Curso técnico.

Para isso a Escola José Gomes da Silva, através de seu mantenedor o ITEPA, receberia do IFPR os valores necessários para a manutenção do curso em

questão que deveria garantir e custear as despesas com diárias, alimentação e hospedagem dos educandos no período das etapas, além do material didático e pedagógico. No entanto, é apenas através do PRONERA que chegam alguns recursos, com menos agilidade do que se faz necessário. Ao IFPR deveria também a liberar profissionais para ministrarem as disciplinas, fato este que não ocorre, pois os educadores que ministram as aulas são voluntários.

Deste modo, o convênio com o IFPR tem deixado lacunas para os envolvidos com a escola resolverem, pois enquanto os valores não forem liberados, a escola assume esta responsabilidade financeira para não prejudicar o andamento do Curso. Este é um problema não só enfrentado pelo ITEPA, e sim por outras escolas do MST, que desenvolvem este mesmo convênio em diversas regiões do Paraná. Diante do problema, como afirma Adriana de Andrade, integrante da Coordenação Política Pedagógica (CPP) no ITEPA, “Sobrevivemos da nossa produção” (ANDRADE, 2011).

Atualmente são treze famílias que cuidam do ITEPA, e dentre estas, algumas são de assentados, porém, a maior parte são famílias acampadas, cadastradas em diversos municípios do Estado do Paraná. Enquanto aguardam o lote, trabalham pela organização da educação dentro do movimento, residindo nas moradias localizadas próximas do ITEPA, existentes desde o período da Fazenda Mitacoré.

Cada trabalhador recebe os gastos com alimentação, luz elétrica, material de higiene pessoal e medicamentos quando necessário. Para quem tem crianças em idade escolar recebe os subsídios para manter a criança na escola e aos adultos que estudam o auxílio também é oferecido. Já a organização do trabalho no ITEPA se faz através de setores específicos que buscam atuar no funcionamento e na manutenção do espaço.

No Setor de produção existe a criação e o manejo com a pecuária leiteira, gado de corte, aves de postura e de corte, suínos, olericultura, lavoura para a produção de cereais, fruticultura e agrofloresta. A produção serve para abastecer o consumo interno e o excedente é comercializado, principalmente o leite. A renda gerada serve para a manutenção do ITEPA.

O setor administrativo é formado pela secretaria e recepção, contabilidade e prestação de contas, projetos e comercialização dos produtos dos assentados e do

ITEPA, através da COOPERCAM, que também funciona neste espaço. Já o setor de moradia abrange o refeitório, a padaria, a limpeza e organização dos espaços como: alojamentos, plenárias, almoxarifados, lavanderia, limpeza externa e embelezamento dos arredores do ITEPA. Enquanto o Setor de infraestrutura é formado pelas instalações hidráulicas, elétrica, marcenaria e carpintaria, com a função de manter o espaço em funcionamento e a conservação do patrimônio.

O Setor pedagógico é formado pelo espaço da Ciranda Infantil e o espaço da biblioteca. Existe ainda a questão da cultura, o acompanhamento aos cursos formais e informais, a sistematização e a escolarização, onde o setor pedagógico atua através da Coordenação Político-Pedagógica (CPP). A CPP é um coletivo de trabalho que objetiva o acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem. Formada por assentados e militantes do movimento ou a ele vinculados, em geral da área de educação, debatem desde o planejamento até a avaliação.

Os setores são a forma de organização para o trabalho cooperado e para a administração dos recursos recebidos do INCRA e PRONERA. Tais recursos não são suficientes para manter o funcionamento da escola, assim utilizam a produção da horta e das plantações para complementação de recursos.

As dificuldades de ordem financeira que o ITEPA encontra para se manter em funcionamento, faz com que todos trabalhem em prol da permanência do espaço, aplicando recursos da própria produção para que consigam dar conta de efetuar o pagamento dos gastos com material de expediente e didático, material de higiene, com a alimentação, a estadia e outras necessidades indispensáveis do ITEPA, sendo também esse, um dos limites enfrentados pelas demais escolas do Movimento.

Desta forma, mesmo com fatores limitantes, o curso busca a formação de uma nova mentalidade, através de atividades educativas e projetos ligados a produção agroecológica, baseados no trabalho e na cooperação, desenvolvidos pelos diversos setores que colaboram com a construção do ITEPA. O curso propõe e incentiva um modelo de produção agroecológico, com a diversidade de produção de alimento para o consumo interno das famílias, esse “é o caminho da sustentabilidade que vai viabilizar as famílias, para que conquistem a terra e

permaneçam no lote, e para isso precisa ter essa diversidade de alimentos” (ANDRADE, 2011).

A efetivação do plantio de cada lote, antes de tudo é uma opção de cada família. Porém, como destaca o assentado Gilberto Britzke, “é um processo longo e educativo, que mexe com a própria formação cultural e de sobrevivência das famílias no momento em que se lança um olhar sobre a questão econômica” (BRITZKE, 2011).

Neste sentido, pode-se afirmar que desde o início da formação do assentamento até hoje, houve conquista na opção pela produção agroecológica. Muitas famílias que não tinham conhecimento dessa forma de plantio deixaram de usar venenos e de praticar a monocultura, a fim de levar uma vida mais saudável, passaram a produzir alimentos. Como é um assentamento pequeno com 4 alqueires pra cada família assentada, a produção é bastante forte no leite.

A forte produção de leite retomou a ideia de formação de um laticínio, que já vinha sendo discutido desde o período de acampamento. A ideia cogitada através do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), atualmente vem sendo colocada em prática através dos trabalhos da COOPERCAM, que é uma cooperativa dos assentamentos rurais de toda a região Oeste, abrangendo assentamentos localizados desde Cascavel a Foz do Iguaçu, mas cuja a sede encontra-se na secretaria do ITEPA, onde as atividades da cooperativa e da escola acontecem, muitas vezes, de forma interligada.

A cooperativa surgiu em 2010 com a necessidade de poder inserir os produtos dos assentamentos no mercado, uma vez que as associações não davam condições jurídicas para que as famílias realizassem todo o processo de comercialização, como no programa institucional de governo, que é o caso da venda direta em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Neste processo, acontece a valorização da produção do assentamento, onde muitos participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), da CONAB, em que parte da alimentação do ITEPA vem com a venda direta, onde as famílias do assentamento podem comercializar seus produtos diretamente.

Desta forma, o assentamento fornece alimentos para a merenda escolar nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e outros da região através da venda direta, sendo a cooperativa uma instituição jurídica que fornece o suporte legal, organizando a comercialização da matéria-prima produzida pelos assentados. A cooperativa vem pleiteando recursos para a construção de uma agroindústria de laticínios.

Para tanto é importante que as práticas realizadas no curso de Agroecologia do ITEPA possibilitem aos assentados a melhoria na produção da matéria prima, através de formas alternativas e de baixo custo que viabilizem um produto mais saudável e conseqüentemente gere melhoria na renda do camponês.

Os educandos realizam a prática de campo com o objetivo de desenvolvimento dos conteúdos teorizados no curso, onde, através de um sistema de cooperação e trabalho, colocam em funcionamento juntamente com os colaboradores do ITEPA, propostas que serão exploradas no Tempo Comunidade. Como reitera Castro, “temos propostas e iniciativas que começaram na primeira turma, o sistema alternativo de produção do leite a pasto, piqueteamento, criação de suínos ao ar livre e de aves em sistema semiaberto, controle de doenças e parasitas e a agrofloresta”. (CASTRO, 2011).

A continuidade das práticas produtivas desenvolvidas durante o curso, são mudanças de atitudes para além do ITEPA. Os formados na turma de 2009 e que permanecem trabalhando em assentamentos da região Oeste do Paraná, tem realizado avanços no trabalho com a terra. Objetiva-se que as práticas realizadas no Tempo Escola sejam levadas pelos educandos aos seus assentamentos durante o Tempo Comunidade e multiplicadas, melhorando a qualidade das técnicas utilizadas, da produção e da força de trabalho.

A organicidade das atividades do Curso de Técnico em Agroecologia não se restringe ao Tempo Escola e ao Tempo Comunidade. As experiências educativas ocorrem mediante a organização de atividades denominadas de “tempos”, não organizados de forma linear, rígida, mas sim, de maneira dinâmica e relacionada. Trata-se de uma multiplicidade de atividades realizadas pelos educadores e educandos, vistas como necessárias à formação técnica e militante. A recorrência a ideia do “tempo”, a nosso ver, objetiva chamar atenção para a importância da

atividade e demarca-la como elemento imprescindível para a formação. Assim, surgem a partir das necessidades práticas das disciplinas, do planejamento da CPP ou são decididos pelo conjunto da comunidade escolar.

A organização das disciplinas remete à formação aliada aos tempos educativos, onde os conteúdos das disciplinas são articulados às atividades práticas, realizadas não somente na sala de aula. Nestes termos, as disciplinas seguem o princípio filosófico do MST da “*Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana*”, ou seja, “trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer” (MST, 1996: 8).

No seu conjunto, as experiências, a serem vividas pelos educandos nos chamados tempos educativos, conforme documentado no Planejamento Político Pedagógico (PPP) da Escola José Gomes da Silva, pautam-se pelos princípios da pedagogia do Movimento Sem Terra, devendo a escola ser “lugar de formação humana, e por isso, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhados pedagogicamente” (PPP, 2007).

Desse modo, as atividades do Tempo Escola e do Tempo Comunidade são trabalhadas pelos educadores como indissociáveis, considerando-os necessários para uma prática pedagógica assentada na gestão de interesses, prioridades e responsabilidades individuais e coletivas. O Tempo Comunidade é um momento de colocar em prática junto da família e da comunidade, o aprendizado adquirido nas etapas do curso, assumindo uma tarefa orgânica junto à brigada que o indicou. As tarefas realizadas são registradas, trazidas para o coletivo, debatidas no Tempo Aula e avaliadas.

O Tempo Escola/Assentamento (TE) é formado por diferentes tempos que acontecem durante o período em que os educandos ficam no ITEPA, já o Tempo Comunidade (TC) é quando acontece o retorno dos educandos para os assentamentos de origem. A alternância ocorre a cada sessenta dias, durante o período de três anos e meio.

Durante o Tempo Comunidade, cada educando é desafiado a inserir-se na sua comunidade, desenvolvendo trabalhos pontuais junto às famílias, colocando em

prática os conhecimentos adquiridos na perspectiva da agroecologia. Nesta organicidade, surgem desafios concretos com os quais é preciso saber lidar, exigindo de cada educando um maior aprofundamento. Por outro lado, as famílias têm muitos conhecimentos e experiências que ajudam a superar tais desafios, tanto na área produtiva como na área organizativa.

Cabe a cada educando auto-organizar as atividades educativas que deverão ser cumpridas durante o Tempo Comunidade, tanto as tarefas de produção, quanto as de estudos científicos. Ao retornar, na etapa seguinte, ao Tempo Escola, deverão ter executado as referidas tarefas, expondo os resultados para a turma e a comunidade escolar através de diálogo, seminários e debates, além do registro no caderno específico do Tempo Comunidade, que será avaliado pela CPP e pelos educadores. A capacidade organizativa dos educandos está ligada à disciplina de auto-organização, individual e coletiva no ITEPA, além de saber mobilizar as coletividades nas comunidades onde vivem os educandos. Essa dimensão representa, senão uma modalidade quando se trata de proposta de educação, certamente, uma maneira diferente.

Para o MST, a educação (e também a escola), deve ser pensada, organizada, estruturada, gestada e conduzida a partir das necessidades da classe trabalhadora e do campo. Nesta perspectiva, o processo pedagógico do ITEPA, deve surgir das inquietações dos assentamentos, como ponto de partida para a aprendizagem dos educandos. No cumprimento da sua função, a escola do Movimento deve formar o cidadão militante que assuma o seu papel social de atuação e luta dos trabalhadores do campo contra as injustiças sociais.

Pode-se afirmar que estas intencionalidades estão vinculadas ao *fazer-se* de uma educação emancipadora e política, ao estar organicamente ligada a uma organização social, a Pedagogia do Movimento nos mostra, empiricamente, que a educação escolar busca a transformação social, embora esteja dentro de um contexto de contradição e enfrente dificuldades de toda ordem.

Neste contexto, o MST ainda está num processo de construção da concepção sobre agroecologia, entendendo-a como parte de um projeto político de transformação da sociedade, buscando tecnologias que restaurem a harmonia entre homem e natureza e que não se reduza aos interesses da acumulação capitalista.

Há que se aliar a metodologia com o saber elaborado pelas vivências das famílias assentadas e não apenas contrapondo o popular ao científico.

### Referências

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENDES, Mariana Ceccato. *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: [http://www.educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://www.educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html) acesso 04 mar. 2012  
MST. Caderno de Educação Nº 08. Princípios da educação no MST, 1996.

PPP. Escola José Gomes da Silva. São Miguel do Iguçu, 2007.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo: USP, 2002. Tese.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

### **Entrevistas realizadas no Assentamento Antônio Companheiro Tavares no município de São Miguel do Iguçu:**

ANDRADE, Adriana de. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 13 de outubro de 2011.

BRITZKE, Gilberto. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 25 de maio de 2011

CASTRO, Ademir. Entrevista realizada por Simone Tatiana Pedron em 01 de junho de 2011